

OLHAR MATERNO: O ENVOLVIMENTO DO PAI NA VIDA DO(A) FILHO(A) COM AUTISMO

Pâmela Schultz Danzmann^{1 2}, Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-1438-4856>

Rosani Viera Lunardi^{1 3}, Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-8004-5388>

Luciane Najar Smeha^{1 4}, Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-3068-3776>

RESUMO. Este estudo teve como objetivo conhecer a percepção da mãe sobre o envolvimento do pai na vida do(a) filho(a) que apresenta o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA). Participaram da pesquisa 27 mães de crianças com TEA. Realizou-se entrevista semiestruturada, que foi gravada e transcrita na íntegra. Após a leitura, o material obtido foi submetido à análise de conteúdo, com base no conceito de envolvimento paterno. As categorias finais foram delineadas, considerando os três aspectos que compõem o conceito: acessibilidade, responsabilidade e interação. Os resultados revelaram que a percepção das mães sobre o envolvimento paterno varia de caso a caso. Algumas referiram não haver envolvimento do pai; a maioria sinalizou envolvimento parcial e poucas, um envolvimento total, o qual abarcaria as três instâncias estudadas. Percebeu-se que ao relatar um bom envolvimento dos pais, as mães também mencionaram harmonia e diálogo no relacionamento do casal. Por isso, é possível supor que o envolvimento parental do pai está relacionado com a presença de preditores de satisfação conjugal e a boa aceitação do pai quanto ao diagnóstico de TEA. Assim, na ausência de envolvimento ou quando ele ocorre parcialmente, a mãe tende a assumir ainda mais o atendimento às necessidades do(a) filho(a), podendo haver a sobrecarga de responsabilidades e, por isso, mais riscos de desenvolver um transtorno psíquico.

Palavras-chave: Paternidade; autismo; maternidade.

MATERNAL LOOK: FATHER INVOLVEMENT IN THE LIFE OF THE CHILD WITH AUTISM

ABSTRACT. This study aimed to know the mother's perception of the father's involvement in the life of the child with the diagnosis of Autistic Spectrum Disorder. Participants were 27 mothers of children with Autistic Spectrum Disorder. A semi-structured interview was conducted, which was recorded and transcribed in full. After reading, the material obtained was subjected to content analysis, based on the concept of father involvement. The final categories were outlined, considering the three aspects that make up the concept, namely, accessibility, responsibility, and interaction. The results revealed that the mothers' perception of father involvement varies from case to case. Some participants reported no father involvement; the majority signaled partial involvement, and few mothers indicated total involvement, which includes the three aspects studied. When reporting a positive

¹ Universidade Franciscana (UFN), Santa Maria-RS, Brasil.

² E-mail: cb.pamela@hotmail.com

³ E-mail: rosanilunardi001@gmail.com

⁴ E-mail: lucianenajar@yahoo.com.br



involvement of fathers, mothers also mentioned harmony and dialogue in the couple's relationship. Therefore, the father's parental involvement is supposedly related to the presence of predictors of marital satisfaction and a good acceptance of the father regarding the diagnosis of Autism Spectrum Disorder. Thus, in the lack of involvement or when it is partial, the mother tends to take even more responsibility for meeting her child's needs, which may lead to an overload of responsibilities and, therefore, a greater risk of developing a psychological disorder.

Keywords: Paternity; autism; motherhood.

MIRADA MATERNA: LA PARTICIPACIÓN DEL PADRE EN LA VIDA DEL NIÑO CON AUTISMO

RESUMEN. Este estudio tuvo como objetivo conocer la percepción de la madre sobre la implicación del padre en la vida del niño que tiene el diagnóstico de Trastorno del Espectro Autista. Participaron en la investigación 27 madres de niños con trastorno del espectro autista. Se realizó una entrevista semiestructurada, la cual fue grabada y transcrita íntegramente. Después de leer el material obtenido fue sometido a análisis de contenido, basado en el concepto de participación del padre. Se delinearon las categorías finales, considerando los tres aspectos que componen el concepto, es decir, accesibilidad, responsabilidad e interacción. Los resultados revelaron que la percepción de las madres sobre la participación paterna varía de un caso a otro. Algunos informaron que no hubo participación del padre; la mayoría señaló participación parcial y pocas, participación total, que abarcaría las tres instancias estudiadas. Se observó que al informar de una buena implicación de los padres, las madres también mencionaron la armonía y el diálogo en la relación de pareja. Por lo tanto, es posible suponer que la implicación parental del padre se relaciona con la presencia de predictores de satisfacción conyugal y una buena aceptación del padre respecto al diagnóstico del Trastorno del Espectro Autista. Así, ante la ausencia de implicación o cuando se da de forma parcial, la madre tiende a asumir aún más la atención a las necesidades del niño, pudiendo existir una sobrecarga de responsabilidades y, por tanto, más riesgos de desarrollar un trastorno psicológico.

Palabras clave: Paternidad; autismo; maternidad.

Introdução

O conceito de envolvimento paterno abrange três aspectos primordiais: interação, acessibilidade e responsabilidade. Em linhas gerais, a interação é o envolvimento direto com o filho e a participação na sua vida. Acessibilidade é a possibilidade de interagir, relacionado à disponibilidade física e psíquica para isso. Por fim, a responsabilidade é a garantia do cuidado ao filho (Lamb, Pleck, Charnov, & Levine, 1985).

O envolvimento paterno é considerado uma construção entre pai e filho(a) que aborda diversas dimensões, observáveis ou não, que vão desde o envolvimento afetivo até o suporte financeiro e psicológico (Pleck, 2007). No caso de um(a) filho(a) com TEA é um fenômeno ainda mais complexo, interdependente e multifatorial. Isso porque está relacionado às características do transtorno que variam de criança para criança, políticas públicas, rede social de apoio, o trabalho do pai, a conjugalidade e as suas próprias crenças

sobre a deficiência, as quais são construídas ao longo da vida, a partir de múltiplas experiências (Silva, Vieira, & Schneider, 2016).

A relação do pai com seu(sua) filho(a) também está relacionada aos estímulos pessoais, como, por exemplo, a aparência física ou semelhança paterna (Franco, 2016). Segundo Silva et al. (2016), recursos como inteligência, experiência e habilidades são importantes para a proximidade do pai e filho(a). No caso da criança diagnosticada com TEA, alguns desses recursos podem ficar prejudicados, principalmente, a sociabilidade e a comunicação (Gaiato, 2019).

Além da competência intelectual, os pais costumam depositar os seus próprios desejos e fantasias no futuro da criança. De certa forma, os pais buscam superar suas frustrações, seus sonhos não realizados, por meio das conquistas obtidas pelo bom desempenho dos filhos. No entanto, diante de um(a) filho(a) com desenvolvimento atípico, é preciso reorganizar e transformar as expectativas sobre o desempenho da criança. Assim, torna-se viável a relação que será construída com o(a) filho(a) real (Franco, 2016).

No estudo de Henn (2007), os pais relataram que, ao receber o diagnóstico, os sentimentos predominantes foram tristeza, medo, incertezas, nervosismo e preocupação quanto ao futuro. Além disso, eles sentem que precisam dar suporte para a mãe, dando-lhe o apoio emocional. Em contrapartida, alguns pais se distanciaram de suas esposas, eles afirmaram que não foi em razão do diagnóstico do(a) filho(a), mas, por problemas anteriores que se intensificaram diante das dificuldades do(a) filho(a).

Um estudo realizado por Oliveira (2018) revelou que os pais de um(a) filho(a) com TEA costumam participar mais das atividades de lazer do que das terapias e da rotina de alimentação e higiene. Félix e Farias (2018), em uma pesquisa realizada com pais de crianças com microcefalia por zika vírus, sinalizaram que o pai é negligenciado nas preocupações e políticas públicas voltadas às famílias.

A paternidade diante de um(a) filho(a) com autismo, apesar de ser um exercício desafiador e considerado difícil, para alguns pais é uma experiência positiva, na qual são cuidadosos, protetores e companheiros do(a) filho(a) com TEA (Cunha, Pereira, & Almohalha, 2018). O diagnóstico de TEA exige cuidados diferentes dos praticados com uma criança de desenvolvimento típico. Trata-se de um transtorno do neurodesenvolvimento, no qual as características diagnósticas estão nos padrões restritos e repetitivos de comportamento ou de interesses, prejuízos na comunicação e na interação social (Associação Americana de Psicologia [APA], 2014). Assim, o pai e a mãe são intensamente solicitados, com vistas a promover o melhor desenvolvimento possível para a criança.

Ao revisar a literatura é possível afirmar que há menos pesquisas sobre o pai do que as realizadas sobre a maternidade. As pesquisas que valorizam o envolvimento do pai no cuidado dos(as) filhos(as) tiveram aumento exponencial nas últimas décadas, porém, no que se refere à paternidade de um filho com deficiência, ainda há necessidade de elucidação (Cunha et al., 2018). O envolvimento paterno na vida da criança com TEA é um tema ainda pouco investigado por pesquisadores brasileiros, por isso este estudo pretende acrescentar contribuições, tendo em vista a melhor compreensão do fenômeno.

Este artigo se diferencia de outros já referidos, pois o envolvimento paterno é discutido a partir da narrativa materna. Isso significa que os relatos discutidos foram construídos de acordo com o filtro do olhar das mães e, por isso, cabe considerar que, se os participantes fossem os pais, os resultados provavelmente seriam diferentes. Assim, este estudo teve como objetivo conhecer a percepção da mãe sobre o envolvimento do pai na vida do(a) filho(a) que apresenta o diagnóstico de TEA.

Metodologia

Este estudo faz parte de um estudo maior, intitulado: Mães de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA): ansiedade, estresse e rede de suporte social. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, descritivo e transversal. Participaram do estudo 27 mães de crianças com autismo. As participantes foram encontradas por conveniência, através da indicação de outras mães e por meio de instituições públicas e privadas, da região central do Rio Grande do Sul, onde são oferecidas terapias para pessoas com TEA.

As participantes apresentam uma média de idade de 36 anos. Sendo que 59,2% são casadas, e 40,7% são separadas ou mães solteiras. No que se refere à escolaridade das mães, 25,9% possuem ensino médio completo, enquanto 74,0% ensino superior completo/incompleto ou ensino técnico. A média da idade dos filhos ficou em torno de sete anos de idade (Tabela 1).

Tabela 1. Caracterização dos participantes

Mãe	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Ocupação	Idade Filho(a)	Salários Mínimos (2016)
1	47	Casada	EMC	Do Lar	8	9
2	38	Casada	ESC	Médica	5	40
3	38	Separada	ESC	Psicóloga	3	5,6
4	43	Solteira	ESC	Policial militar	4	3,9
5	37	Casada	ESC	Policial civil	9	6,9
6	36	Solteira	EMC	Do lar	7	2,2
7	41	Casada	EMC	Comerciária	11	3,4
8	43	Casada	ESC	Funcionária pública	13	22,7
9	42	Separada	ESC	Funcionária pública	12	2,2
10	30	Casada	ESC	Do lar	6	3,7
11	29	Casada	ESC	Professora	3	11,3
12	33	Casada	ESI	Prof. de dança	9	1
13	33	Separada	EMC	Do lar	9	1
14	33	Separada	Técnico	Do lar	5	2

15	26	Un. Estável	ESC	Pedagoga	4	8
16	35	Casada	ESC	Empresária	4	3
17	37	Un. Estável	ESC	Comerciária	7	6,2
18	28	Solteira	ESC	Bacharel em direito	4	11,3
19	33	Casada	ESC	Psicóloga	10	3,4
20	41	Solteira	ESC	Professora	9	1,3
21	40	Casada	EMC	Do lar	7	4
22	35	Casada	ESC	Do lar	7	5,5
23	32	Solteira	ESC	Autônoma	3	7,5
24	34	Casada	ESC	Enfermeira	8	4
25	33	Casada	EMC	Cabeleireira	7	5,6
26	38	Casada	ESC	Administradora	8	7,3
27	41	Casada	ESC	Contadora	7	2

Legenda: ESC: Ensino superior completo; ESI: Ensino superior incompleto; EMC: Ensino médio completo

O contato inicial com as mães se deu mediante ligação telefônica, durante o ano de 2016; na oportunidade foram esclarecidos os objetivos do estudo e formulado o convite para participação na pesquisa. Posteriormente, a entrevista foi agendada individualmente e ocorreu no local de preferência das mães. Com vistas a proteger a identidade das participantes, elas serão mencionadas neste estudo por meio da letra 'M' seguida de um número que se refere à ordem com que as entrevistas foram realizadas. O nome de um familiar ou do(a) filho(a) com TEA foi substituído por 'X' e 'Y'.

Como instrumento para coleta de dados, realizou-se uma entrevista semiestruturada com questões abertas acerca das experiências de ser mãe de um filho com TEA. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra. Para construção deste artigo foram extraídas da transcrição todas as falas em que as mães se referiram ao pai do seu(sua) filho(a) com TEA. O material obtido foi submetido à análise de conteúdo, proposta por Minayo (2014). A análise foi construída com base no conceito de envolvimento paterno. Por isso, para chegar às categorias finais optou-se por dividir as categorias maiores em três categorias finais, de acordo com as dimensões apresentadas pela literatura, sobre o envolvimento paterno, a saber: interação, acessibilidade e responsabilidade. Assim, obtiveram-se as três categorias que serão apresentadas e discutidas a seguir. Elas foram denominadas: o diagnóstico do(a) filho(a) e a acessibilidade do pai e família; interação na rotina de cuidados e paternidade, educação e responsabilidade do pai.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética do Centro Universitário Franciscano, sob o parecer nº 1210412. Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Resultados e discussão

O diagnóstico do filho e a acessibilidade do pai e família

O conceito de acessibilidade dentro do envolvimento paterno refere-se à disponibilidade física e psicológica do pai com a criança (Pleck, 2010), envolvendo aspectos conscientes e inconscientes (Silva et al., 2016). O que significa que não precisa estar, necessariamente, face a face com a criança, mas, fazer-se presente (Lamb et al., 1985), como, por exemplo, ler um jornal enquanto o filho está no mesmo ambiente. No contexto da criança com deficiência, a acessibilidade pode ser afetada, e implicar negativamente na rotina de cuidado e tratamentos da criança. Essa indisponibilidade do pai corrobora com a literatura, ao afirmar uma sobrecarga materna (Oliveira, 2018).

O trabalho é citado pelos pais como um dos fatores que afetam a qualidade da acessibilidade do pai com o filho (Backes, 2015; Bueno, Vieira, & Crepaldi, 2016; Gabriel, Silva, Portugal, & Piccinini, 2015). Para minimizar essa falta é fundamental que o pai priorize a criança na organização do seu tempo (Bueno et al., 2016).

Nesse estudo, as mães referem perceber dificuldades do pai no que se refere à acessibilidade, o que parece estar relacionado à aceitação do diagnóstico. Dessa maneira, pode-se compreender que quando o pai nega o diagnóstico, a relação pai e filho fica ainda mais prejudicada. A M14 salientou que o pai da criança não se conforma com o diagnóstico, já a mãe M20 apontou que o pai tem dificuldades em aceitar as limitações do filho.

Eu sinto que até hoje ele não aceitou isso, sabe? Ele não entende isso, ele acha que o porquê, ele se pergunta muito dos porquês, e porquês. E ele foi se afastando sabe, eu me sinto culpada, porque se as coisas foram ficando ruins foi porque eu fui deixando, se eu pudesse mudar mudaria a questão da aceitação do pai (M14).

Eu gostaria mais que o Y aceitasse [...] o diagnóstico do X. Ele aceita as dificuldades, mas eu noto que ele exige muito, ele quer, ele quer um, uma resposta muito rápida sabe, se o Y. faz alguma coisa, por exemplo, não consegue alguma coisa, ele fica 'como que tu não consegue, tu tem que conseguir' ele fica né, naquela insistência sabe, e eu noto que é um, uma angústia dele, mas, eu sou mais ponderada (M20).

A dificuldade na elaboração do diagnóstico soma-se ao receio da mãe de que a família extensa do pai rejeite ou discrimine a criança. Em alguns casos, os familiares paternos foram afastando-se pelo preconceito e pela dificuldade de acessibilidade à criança (Pinto et al., 2012). Da mesma forma Machado, Londera e Pereira (2018) defenderam em seu estudo que muitas famílias dizem ter sofrido preconceito em relação ao seu filho por parte do que denominaram família extensa, além da falta de apoio e incompreensão deles.

A boa interação familiar, especialmente entre os genitores, favorece o processo de acessibilidade, o que vai ao encontro da percepção das mães M02 e M05. Elas relataram que o pai tem boa relação e disponibilidade com ela e com o filho, e que a união familiar é muito importante para o enfrentamento das situações que surgem.

Sempre me ajuda muito da [...] a tá com ele, a gente sempre procura tá [...] tá junto, assim, pra fazer as coisas pro Y. sentir que a família tá mais unida, né. Mas é muito importante. Nem sei como seria sem ele junto, assim. Acho bem difícil. Tem algumas famílias que se desfazem, né, nesses processos e, nossa, né [...] Nem sei como seria. E ele me ajuda muito. Muito mesmo (M02).

Eu e meu esposo temos uma boa sintonia. Claro que temos momentos de desentendimentos, a gente discorda de algumas coisas. Mas a gente tenta não transparecer nada na frente do nosso filho. Ainda mais que a maioria das intervenções e decisões a gente tem que tomar junto no dia a dia, a gente tem o mesmo pensamento, a mesma direção. Ele é um ótimo pai (M05).

No estudo ficou elucidado que a maioria das mães percebe pouca acessibilidade paterna e ressalta a importância do pai estar mais presente na vida do(a) filho(a), não somente por algumas horas nos finais de semana. Ademais, elas relataram que o(a) filho(a) demonstra satisfação quando estão perto do pai, nos poucos momentos que ficam juntos. Conforme Backes (2015), o envolvimento físico e psicológico do pai é de extrema importância para o desenvolvimento infantil, por isso não pode ser negligenciado.

Por outro lado, a notícia do diagnóstico de deficiência pode desorganizar o subsistema conjugal que já se encontra em uma situação de fragilidade. Nos relatos deste estudo, M04, M08 e M20 acreditam que o fato de ter uma criança com deficiência influenciou de alguma forma a separação do casal.

O Dr. Y. confirmou o diagnóstico, aí a gente [...] eu saí arrasada dali né [...] nós tinha uma viagem pra praia e ele disse 'olha, eu to indo pra praia, quando eu voltar da praia a gente conversa sobre isso' aí eu falei assim 'olha, se tu for pra praia agora, nessas condições, acabou o casamento' aí ele foi pra praia, ele ficou 10 dias na praia [...] Daí nesse meio tempo eu peguei o Y., aluguei um apartamento e fui embora (M04).

O pai já está partindo porque ele não aceitou. Na verdade, foi somente uma leve desculpa. Na verdade, ele já tinha partido porque ele quer a vida dele. Nós somos três, precisamos de uma vida juntos e ele não quer. Ele só reside conosco. Para ele é um hotel, ele chega, dorme e sai (M08).

Nós nos separamos, a gente tinha um convívio grande por causa de X e logo depois a gente se separou. Agora eu passo a semana com o X e ele (pai) fica no final de semana, no caso assim, ele pega no sábado a tardinha e posa, e aí leva o X para casa depois do meio dia [...] Então ele é apaixonado pelo pai dele, mas a nossa relação não deu (M20).

O que se pode elucidar, tanto na fala da M04 quanto na fala da M08, é que os relacionamentos já estavam desgastados antes do nascimento do(a) filho(a) com TEA. Assim, a rotina de cuidados especiais diante do diagnóstico pode ter intensificado os conflitos que culminaram na separação. Chama a atenção que essas mães descreveram os pais com problemas no aspecto de acessibilidade no conceito de envolvimento paterno.

O momento do diagnóstico é vivido tanto pelo pai quanto por todos os integrantes da família, como um momento de sentimentos variados (Pinto et al., 2012). A insegurança, o luto, o medo e a desesperança podem fazer parte de um conjunto de sensações que acabam desestabilizando a família nesse momento. Além disso, a relação entre os membros da família, após o recebimento do diagnóstico, pode ser afetada negativamente, por estresse e pela quebra da rotina (Portes & Vieira, 2020). Cabe ressaltar que todas essas reações, se não superadas, podem acabar afetando a acessibilidade do pai e da família com a criança.

Os pais que não eram acessíveis ao filho antes do diagnóstico continuaram indisponíveis à criança depois da confirmação de TEA. As relações entre pai e mãe acabaram ficando mais tensas, principalmente, quando os pais eram cobrados por não se relacionarem com os filhos.

No que refere ao apoio às mães, geralmente quando a criança completa seus três primeiros meses de vida, alguns pais podem demonstrar sua indisponibilidade para o cuidado da criança (Castoldi, Gonçalves, & Lopes, 2014). No que tange à acessibilidade, pode-se destacar que o envolvimento paterno, por vezes, é maior com o(a) filho(a) do mesmo gênero (Backes, 2015).

Em relação à sobrecarga paterna e materna, destaca-se que a qualidade de vida do pai e da mãe que possuem filhos sem deficiência pode ser maior se comparada àqueles pais que possuem um filho atípico (Alenasi, Hammad, & Morrmed, 2020). Além disso, salienta-se a importância do apoio social e emocional para a família extensa como, por

exemplo, avós, tios e primos. Nesse sentido, as mães deste estudo, mencionaram que os filhos mais velhos, na presença ou ausência do pai, ajudam nos cuidados do(a) irmão(ã) diagnosticado(a) com TEA e, assim, reduzem um pouco as atribuições parentais. Outro ponto a destacar foi que a maioria das mães que relatou a ausência do pai na vida nos filhos também mencionou certo distanciamento dos avós paternos.

Interação na rotina de cuidados

A interação é caracterizada pela conexão do pai com o(a) filho(a), através de alguma atividade ou cuidado (Lamb et al., 1985). Além disso, englobam-se atividades que, historicamente, eram atribuídas somente à mulher, como trocar a fralda, dar banho, alimentar a criança, demonstrar afeto (Backes, 2015; Bueno et al., 2016; Gabriel et al., 2015). No contexto da criança com deficiência, essa participação do pai é extremamente necessária (Souza, 2015).

Nesse estudo pode-se observar que M11 e M16 perceberam uma divisão de tarefas satisfatória entre os genitores, demonstrando a interação do pai na vida do filho.

Olha, lá em casa é fundamental. Não tenho nenhum tipo de queixa dele. Ele ajuda em tudo. Ele divide as tarefas. Ele participa em todas as consultas médicas [...] ele sempre foi. Ele estudou e leu e participou de curso tanto quanto eu. É muito participativo mesmo. É fundamental a participação dele [...] eu já li muito isso também, que normalmente as mães ficam sobrecarregadas. No meu caso não é. Ele ajuda muito mesmo (M11).

Nós dois sempre bem parceiros, porque um precisa do outro [...] então foi sempre muito bem dividida as tarefas, um ajudando o outro. A participação dele é igual a minha. A gente não faz nada além de trabalhar e cuidar do Y Então ele é maravilhoso. Ele como pai é muito bom também (M16).

No estudo de Smeha (2010), os pais verbalizaram o desejo de transmitir aos seus filhos os mesmos valores paternos que receberam, além de sua participação em atividades como orientar, conviver, estar presente, interagir com o(a) filho(a). Para eles, atribuições domésticas relacionadas ao cuidado do(a) filho(a) é dever da mãe. Embora os pais da pesquisa da autora suscitassem o desejo de dispor de mais tempo para os cuidados do(a) filho(a), ela ponderou que a manifestação pode estar mais relacionada a uma resposta às exigências da mãe do que, propriamente, a um desejo de maior envolvimento paterno.

Nesse estudo, algumas mães destacaram a participação do pai nas atividades diárias de cuidados com o filho. Dessa maneira, houve importantes mudanças culturais, nas quais o cuidado dos filhos passou a não ser mais uma atividade exclusivamente materna. O pai entrou nessa situação assumindo os cuidados básicos da criança e as tarefas domésticas.

Ele sempre ajudou, sempre foi um pai, sempre trocou fralda, sempre botou na cama, deu mamadeira, essas coisas, sempre participou bastante. Inclusive ele se esforçou, fez um concurso e tudo, passou para poder dar mais segurança para a criança. Além disso, ele sai, passeia, fica sozinho quando eu preciso dar umas voltas, o Y fica tranquilo com o pai (M10).

A participação dele é tranquila, se eu vou sai faz alguma coisa na rua, se precisa faz comida ele faz, se precisa limpa a casa ele limpa. Ele está sempre me ajudando de uma forma ou de outra, tanto em casa quanto no cuidado com Y (M01).

O pai sempre foi muito presente, assim, desde que a gente soube do diagnóstico ele sempre teve muito ativo, assim, ele é [...] nunca poupou esforços nem financeiros, nada, a gente sempre fez tudo que tinha e o que não tinha pra fazer, então [...] eu sei que não é todos os pais, né! (M02).

A mãe M02 percebeu de forma positiva o envolvimento do pai na vida de seus filhos. As mães M01 e M10, além da interação, revelaram a responsabilidade dos pais, visto que os mesmos tendem a garantir o cuidado com troca de fraldas e atividades domésticas, com

vista ao bem-estar do(a) filho(a). Nesse sentido, observa-se que as mães referidas são casadas, o que pode vir ao encontro do que a literatura descreve sobre a relação entre satisfação conjugal e parentalidade (Mosmann, Zordan, & Wagner, 2011).

Por outro lado, algumas mães queixaram-se da ausência do envolvimento paterno, da falta de interesse do pai em relacionar-se e construir uma interação próxima com o(a) filho(a). Na fala da mãe M04, percebeu-se que ela referiu essa participação apenas como financeira, e queixou-se da pouca convivência que o pai tem com o filho. Já a mãe M08 relatou que o pai nunca saiu com o filho na rua.

Olha, a participação dele é só financeira, porque convivência é muito pouco [...] Ele não se interessa muito assim, em saber se ta bem, ele fica às vezes uma semana, sabe, sem informação, sem [...] ele não se interessa muito. E isso não é nada bom para ninguém (M04).

O Y vai fazer três anos e ele nunca saiu com o X na rua, nunca. A gente tem um relacionamento de 21 anos, aí eu precisava assim, ó, como nossos filhos foram in vitro eu tive X e depois tive Y. Na minha santa ignorância achava que nossa família seria perfeita com filhos., só porque temos uma condição financeira favorável. Como saber que ele seria tão distante como pai! (M08).

A mãe M04 não é casada e há que se considerar que a não coabitação dos genitores pode ser um dos fatores a dificultar o envolvimento na rotina da criança. O estudo de Ferreira e Smeha (2018) discute o contexto da monoparentalidade feminina, destacando que as mães retratam a sobrecarga, pela falta do pai na divisão dos cuidados com o(a) filho(a) e na ausência de ajuda financeira. Essas mães passam por muitas dificuldades ao responsabilizarem-se sozinhas pelo(a) filho(a). Diante dos diversos desafios apontados, a ausência da figura paterna é entendida por elas como uma perda significativa na vida da criança. Segundo Serra (2010), a falta de solidariedade e apoio por parte do pai gera desgaste físico e emocional nas mães.

Embora, neste estudo, algumas mães lamentassem a falta de interação do pai com o(a) filho(a), elas não se queixaram das atribuições decorrentes do cuidado à criança pela deficiência e até referiram não desejar mudar nada em seus filhos. No entanto, sinalizaram que apenas queriam viver o aqui e o agora, sem planejamentos ou planos futuros para si mesmas.

A pesquisa de Seynour, Giallo e Wood (2019) comparou o apoio social de famílias que tinham uma criança com TEA e famílias nas quais os filhos apresentam desenvolvimento típico. Os resultados demonstraram que 70% das famílias com filho atípico referiram não ter nenhuma forma de apoio social. Sobre essa questão percebeu-se na fala das mães M09 e M13 que existe a necessidade de uma rede de apoio:

É só final de semana. O resto todo é comigo. Eu que me viro [...] eu queria que fosse meio a meio, porque tem dias que eu estou cansada. Essa responsabilidade que é... nunca é como a gente quer, né? Como convivemos e não moramos juntos queria mais essa participação por parte dele (M09).

Ele não ajuda em nada, faz 7 anos que nunca falou com o filho [...] tem muitas coisas que eu posso fazer por meus filhos, mas é por parte de pai também, né? Era isso, não precisava de mais nada. Pelo menos um pouco ficar com eles, passear com eles, jogar uma bola com eles, né? (M13).

Geralmente, o homem justifica a falta de envolvimento alegando que assume as responsabilidades financeiras da família. Ademais, cabe ressaltar que a sobrecarga materna é uma construção social histórica, em que a mulher era considerada a cuidadora primária (Pinto et al., 2012). Outro aspecto a ser considerado no âmbito profissional, é que ao considerar as leis brasileiras e a licença paternidade, não existe suporte para fortalecer o vínculo inicial do pai com as crianças. Visto que o emprego formal dispõe de cinco dias (Castoldi et al., 2014) a, no máximo, 20 dias de remuneração após o parto (Oliveira &

Marques, 2018), de modo a impossibilitar um pai mais presente nesse momento tão importante.

De qualquer modo, é importante destacar que embora a interação entre pai e filho(a) seja afetada pelo papel de provedor financeiro da família, é essencial a disponibilidade desse pai nas poucas horas que fica junto com o(a) filho(a). Sem desconsiderar que esses pais, por vezes, podem acabar dispondo de mais horas de trabalho para dar conta dos gastos adicionais referente às consultas e formas de tratamento do TEA, como pode ser visto no presente estudo.

Nos relatos a seguir, os discursos das mães M06 e M08 evidenciam outra situação. A mãe não se queixou do pai frente às atividades de cuidado em si, mas, ela relatou a carência na realização das atividades recreativas do pai com o filho.

O Y. não anda de bicicleta, não sabe jogar bola, essa parte assim, que eu gostaria que ele auxiliasse, incentivasse, tentasse fazer o Y se interessar por isso né, que essa parte ele não tem interesse né. Não é porque a gente não mora junto que ele não precisa dar atenção. A gente nunca mora, ele nunca morou na mesma casa que a gente, mas sinto que falta isso para o menino, mais atenção do pai (M06).

Ele quer a vida de solteiro, ele quer os amigos, quer o futebol, ele não quer compromisso, essa coisa diária, ter uma rotina para ele é um tédio. Então ele não se preocupa em buscar na escola, levar no parquinho, ir na pracinha, fazer piquenique, chamar os amiguinhos, fazer festa do pijama [...] então isso aí para ele [...] ele vive dando a desculpa que nos dá dinheiro (M08).

O que define a interação com o filho e caracteriza o envolvimento paterno também são situações prazerosas junto com o filho (Bueno et al., 2016). O que a mãe M6 relatou foi a falta desse aspecto que é fundamental na relação entre pai e filho. Deve-se destacar que o lazer e as atividades recreativas, como passeios, brincadeiras, são importantes para o processo de socialização, para melhor comunicação e para a redução daqueles comportamentos indesejados quando a criança está em um ambiente que foge de sua rotina diária (Carvalho-Filho, Silva, Castro, Moraes-Filho, & Nascimento, 2018).

A interação entre pai e filho é fundamental para o desenvolvimento da criança, e as mães entendem e reforçam essa importância. As atividades prazerosas aproximam pai e filho e isso pode justificar o porquê de as crianças serem tão apegadas e demonstrarem tanto afeto pela figura do pai. Mas, ressalta-se que a interação engloba outros momentos de troca, como dar banho, alimentar, cuidar da criança. Geralmente, é nesse ponto que as mães percebem os pais menos interativos.

Paternidade, educação e responsabilidade do pai

O conceito de responsabilidade refere-se ao quanto o pai se responsabiliza pelo cuidado dos filhos, de modo a inserir-se em atividades, como acompanhar o andamento do filho na escola, levar a criança ao médico, dentre outras funções (Pleck, 2010). Engloba também as tarefas de casa, contribuições financeiras, ansiedade e preocupações no que se refere à criança. Essas inquietações podem aumentar quando a criança apresenta uma deficiência, pelas incertezas que configuram o futuro da criança e a organização financeira (Backes, 2015).

No entanto, geralmente é a mãe que se responsabiliza inteiramente pela rotina dos atendimentos especializados e escola (Oliveira, 2018), enquanto os pais tendem a trabalhar mais tempo fora para custear as despesas da família, pois há aumento dos gastos e redução da receita, especialmente nos casos em que a mãe deixa o trabalho para cuidar da criança (Gabriel et al., 2015).

Diante do conceito de responsabilidade no envolvimento paterno, percebe-se que nos relatos das mães M01 e M17 aparece a importância da boa relação do casal e da coerência de ideias frente às decisões sobre a educação. A percepção dessas mulheres é que elas e o pai das crianças entraram em sintonia para a educação do filho, e em conjunto decidem o que é melhor para a criança. Já a mãe M07 relatou a dificuldade em estabelecer um diálogo com o pai da criança, dizendo que nesse caso, apenas um deve tomar as decisões na educação do filho.

Não, eu acho que tá bom assim, a gente entrou em sintonia. No início era ruim até, no tempo que ele trabalhava, daí, mas agora que ele tá em casa, ele participa bem. A gente está se entendendo bem. Tanto que Y está se comportando melhor. O pai fala para ele fazer tudo direitinho que depois vamos passar na feira do livro ou ver minions e ele faz (M01).

Eu e meu esposo, acho que tem que ter entre pais, assim, essa sintonia. Nada ver assim, com eu quero de um jeito e eu quero do outro, eu acho que sim e eu acho que não. Mas mesmo assim, eu acho que a mulher participa mais e é natural. Na realidade presto mais atenção em detalhes que meu marido não presta. Eu, às vezes, comento, você viu tal coisa que Y disse ou fez, e ele diz que não, acho que nesse sentido a mãe é mais atenta (M17).

A divergência de ideias do casal acaba gerando conflitos, assim percebe-se que o relato da M08 e M13 vai ao encontro com o da mãe M07; ela refere que a presença do pai dificulta a educação do filho.

Já que eu sou sozinha, eu não quero uma pessoa que me atrapalhe, porque ele atrapalha. Ele chega a hora que ele quer, ele tira a rotina, ele me desautoriza. Tem filmes que a criança não pode assistir, como de terror e de guerra, e são esses filmes que ele assiste com ela (M08).

Ele é pai dos dois, mas a gente não concorda nas coisas. Para ser sincera ele nem liga direito se está vivo. O que eu queria era que ele tivesse mais contato com o filho, levasse ele para passear porque ele quer. Tem muitas coisas que eu posso fazer pelos meus filhos, mas ele também né? Era isso, um pouco de entendimento, e que eles pudessem sair mais com o pai (M13).

Para a mãe M08, as atitudes do pai atrapalham, por isso prefere assumir todas as responsabilidades relacionadas ao filho. É importante destacar também que, algumas vezes, as mães acabam desistindo da vida profissional, carreira e do autocuidado em função do(a) filho(a) com TEA (Pereira, Bordini, & Zappitelli, 2017). Nesse estudo, há mães que tiveram um bom trabalho e reconhecimento na área em que atuavam, mas, desistiram da carreira profissional para a dedicação exclusiva ao(a) filho(a). Elas também referiram não ter mais tempo para cuidarem de si mesmas, ou vivenciarem momentos prazerosos na vida pessoal, como ocorria antes das dificuldades com o(a) filho(a). Todavia, elas não culpam o pai da criança por suas escolhas, mas, a maioria das participantes mencionou o desejo de mais responsabilidade do pai diante das necessidades do(a) filho(a) com TEA.

Ao refletir sobre a ausência de responsabilidade de alguns pais citados nesta pesquisa, cabe considerar que eles podem sentir-se frustrados pela capacidade limitada de aprendizado do(a) filho(a) e, em consequência, a relação pai e filho(a) ficaria prejudicada (Souza, 2015). No que confere ao envolvimento paterno, também é necessário considerar que o desempenho do pai está implicado ao contexto onde ele foi criado, bem como as suas crenças sobre a deficiência (Portes & Vieira, 2020; Silva et al., 2016).

A responsabilidade da vida escolar da criança é quase sempre materna, isso inclui levar e buscar a criança na escola, e também acompanhar o rendimento escolar do(a) filho(a), dando apoio e auxílio quando necessário. Estudos identificaram que os pais se envolvem muito mais com atividades recreativas, como passeios e jogos físicos do que com atividades rotineiras de cuidados com o filho (Backes, 2015; Portes & Vieira, 2020).

Contudo, poucas participantes relataram que o pai se responsabiliza tanto quanto elas, especialmente nos estudos da escola e na busca por mais conhecimento sobre o autismo.

Conforme as informações das participantes, as dificuldades quanto à responsabilidade paterna, geralmente estão associadas a problemas na relação entre os genitores e na elaboração do diagnóstico. Segundo Souza (2015), os pais podem evitar seu(sua) filho(a), pela sensação de tristeza de não saberem se existe um reconhecimento paterno da criança (Souza, 2015), possivelmente porque no TEA pode haver dificuldades de compreensão em decorrência do *défict* intelectual e limitações na capacidade de expressão de afeto.

Outro aspecto a ser considerado, trata-se do fato de a mãe não favorecer o acesso e a responsabilidade do pai, muitas vezes, por acreditar que ela possa desempenhar melhor a tarefa. No relato das mães M17 e M19, percebeu-se que mesmo com bom envolvimento paterno no que se refere à responsabilidade, as mães preferem assumir sozinhas. Elas referem ter mais paciência que o pai e mais entendimento sobre a criança. As mães M17, M18 e M19 salientaram que o pai é participativo na vida da criança, embora não seja tão paciente e a dedicação é maior por parte delas.

Ele sempre foi muito presente, muito parceiro, e brinca muito com o menino, né? Mas claro que eu tenho mais paciência, né? Até para ensinar, às vezes, a parte pedagógica, de sentar, de fazer um trabalhinho. O pai não tem muito jeito para isso, né. A mãe já tem mais jeito e mais paciência também (M17).

Sim, ele participa comigo, mas quem toma as decisões sou eu sabe [...] questão de que profissional vou contatar, onde vou levar é mais comigo assim. Mas ele é bem participativo porque a rotina do Y foi ele que fez, a questão do banho. Mas assim, mas nas questões de rotina diária e rotina de casa, sabe (M18).

Ele tem traquejo, é muito participativo, e ele deixa um pouco mais as decisões pra mim porque ele confia que, e eu entendo melhor o que ta acontecendo, né, então, mas ele é bem presente (M19).

Há mães que decidem assumir a responsabilidade total dos filhos, não possibilitando a participação de outros (Guerra et al., 2016). Isso pode ser reforçado quando o pai apresenta uma postura mais rígida e intolerante na educação do(a) filho(a) (Oliveira, 2018). A maioria das mães deste estudo ratificou a colocação dos autores, pois percebem o papel do pai nas práticas educativas como aquele que estabelece os limites. As mães M06 e M20 relataram que o pai é mais rígido e, por isso, os filhos acabam obedecendo mais ao pai do que a elas. Ambas referiram ter dificuldades na imposição de limites, apesar de acreditarem que eles são importantes na vida de uma criança.

Eu acho que é boa a convivência, ele, faz a parte de tentar impor limite e coisa assim, eu vejo que ele é bem, que ele se esforça bastante né, nessa parte né, que é o importante, porque tipo, eu também me esforço, pra mim não me obedece tanto quanto o pai dele (M06).

Ele respeita mais o pai dele né, eu ele faz o que quer, fazia o que queria, hoje eu to bem melhor [...] porque eu não dava limite nenhum, ele fazia o que queria comigo, porque eu queria compensa de eu te me separado, eu achava que por ele sofrer preconceito eu tinha que ser melhor ainda, eu tinha que ser mais amorosa ainda, mais, e não é assim né, a gente aprende que não é assim, tem que ter o limite né, que tem que ter o que é certo e o que não é, e o que ele pode e o que não pode fazer, mas demorei pra aprender isso (M20).

Ao considerar os relatos da mãe M20, pode-se pensar que ela interpreta de forma positiva a posição do pai no estabelecimento de limites, o que pode estar relacionado à sensação de não estar sozinha no que se refere à educação da criança. No entanto, apesar de pensarem ser positivo, elas assumem mais a responsabilidade da criança quando o pai

tem menos paciência e tolerância. Assim, parece controverso, pois protegem o(a) filho(a) dos limites impostos pelo pai, assumindo mais responsabilidades e, com isso, elas elevam a sua sobrecarga, tomando para si o que deveria ser dividido entre os genitores.

Considerações finais

Na pesquisa foi possível correlacionar o relato das mães sobre satisfação conjugal e a suas percepções quanto ao envolvimento parental. Essa relação corrobora a ideia de conjugalidade e parentalidade. Assim, a percepção das mães quanto ao envolvimento do pai é diversa. Em alguns casos, elas compreendem que não há envolvimento paterno, em outros casos parece haver envolvimento parcial, também aparece na pesquisa, aqueles pais que estão totalmente envolvidos na vida do(a) filho(a). Segundo o relato das mães, elas percebem o envolvimento paterno integral e positivo, especialmente quando há satisfação com a conjugalidade. Foi possível identificar que quanto maior o envolvimento dos pais, mais harmonia e diálogo no relacionamento do casal. Supõe-se que o envolvimento parental possa estar relacionado com a presença de preditores de satisfação conjugal.

Embora não tenha sido o foco do estudo pode-se inferir que nos casos de maior envolvimento paterno, provavelmente, a sobrecarga materna e os transtornos psíquicos decorrentes dela, sejam menores. Por outro lado, constatou-se a dificuldade de algumas mães em delegar mais responsabilidades aos pais, assim como, favorecer o aspecto da acessibilidade, ou seja, permitir que os pais estejam mais presentes na vida do(a) filho(a). Isso acontece porque a mãe sente necessidade de controlar tudo que envolve os cuidados do(a) filho(a) e, muitas vezes, minimiza os danos oriundos da ausência do envolvimento paterno.

Por fim, tendo em vista que no Brasil há poucas publicações sobre o tema, sugere-se que mais estudos sejam feitos sobre essa temática. Porém, sugere-se que o método de coleta de dados envolva a escuta dos pais sobre o envolvimento com seu(sua) filho(a), inclusive em outras fases do desenvolvimento, como na adolescência e vida adulta da pessoa com TEA, faixas etárias não contempladas neste estudo.

Quanto às limitações do estudo, destaca-se que a realização da pesquisa contou com participantes de apenas uma região central do Rio Grande do Sul, por isso, há que se considerar que os resultados abarcam características culturais da região, especialmente, no que se refere às questões de gênero e funções parentais. Assim, sugerem-se novos estudos com participantes de outros estados do Brasil, tendo em vista a ampliação do estudo, no sentido de contemplar a diversidade cultural da população.

Referências

- Alenasi, D. S., Hamadd, S. M., & Mohamed, A. E. (2020). Effect of autismo on parental quality of life in Arar city, Saudai Arabia. *NCBI*, 27(1), 15-22. Recuperado de: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6984034/>
- Associação Americana de Psicologia [APA]. (2014). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-V* (5a ed.). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Backes, M. C. (2015). *A relação entre o envolvimento paterno e a abertura ao mundo em pais de crianças entre quatro a seis anos* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Recuperado de:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/133087/333649.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

- Bueno, R. K., Vieira, M. L., & Crepaldi, M. P. (2016). Envolvimento paterno com filhos adotivos e a estrutura familiar. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, (33), 1-10. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e3342>
- Carvalho-Filho, F. S. C., Silva, H. M. C., Castro, R. P., Moraes-Filho, I. M.D., & Nascimento, F. L. S. C. (2018). Coping estresse familiar e enfrentamento na perspectiva do transtorno do espectro do autismo. *Revisa*, 7(1), 23-30. Recuperado de: <http://revistafacesa.senaaires.com.br/index.php/revisa/article/view/300/210>
- Castoldi, L., Gonçalves, T. R., & Lopes, R. C. S. (2014). Envolvimento paterno da gestação ao primeiro ano de vida do bebê. *Psicologia em Estudo*, 19(2), 247-259. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/1413-737222105008>
- Cunha, J. H. S., Pereira, D. C., & Almorilha, L. (2018). El significado de ser madre o padre de um hijo con autismo. *Refacs*, 6(1), 26-34. Recuperado de: http://seer.uftm.edu.br/revistaelectronica/index.php/refacs/article/download/1971/pdf_2
- Felix, V. P. S. R., & Farias, A. M. (2018). Microcefalia e dinâmica familiar: a percepção do pai frente à deficiência do filho. *Cadernos de Saúde Pública*, 34(12), 1-11. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00220316>
- Ferreira, M., & Smeha, L. N. (2018). A experiência de ser mãe de um filho com autismo no contexto da monoparentalidade. *Psicologia em Revista*, 24(2), 462-481. Recuperado de: <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2018v24n2p462-481>
- Franco, V. (2016). Tornar-se pai/mãe de uma criança com transtornos graves do desenvolvimento. *Educar em Revista*, (59), 35-48. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.44689>
- Gabriel, M. R., Silva, M. D. R., Portugal, P., & Piccinini, C. A. (2015). Depressão pós-parto materna e o envolvimento paterno no primeiro ano do bebê. *Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal*, (46), 50-65. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n46/n46a05.pdf>
- Gaiato, M. (2019). *Sos autismo* (3a ed.). São Paulo, SP: nVersos.
- Guerra, C. S., Dias, M. D., Ferreira Filha, M. O., Andrade, F. B., Reichert, A. P. S., & Araújo, V. S. (2016). Do sonho à realidade: vivências de mães de filhos com deficiência. *Texto & Contexto Enfermagem*, 24(2), 459-466. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072015000992014>
- Henn, C. G. O. (2007). *O envolvimento paterno e a experiência da paternidade no contexto de síndrome de Down* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Recuperado de: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722010000400006
- Lamb, M. E., Pleck, J. H., Charnov, E. L., & Levine, J. A. (1985). Paternal behavior in humans. *American Zoologist*, 25(3), 883-894. Recuperado de: <https://www.jstor.org/stable/3883043?seq=1>

- Machado, M. S., Londero, A. D., & Pereira, C. R. R. (2018). Tornar-se família de uma criança com transtorno do espectro autista. *Contextos Clínicos*, 11(3), 335-350. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2018.113.05>
- Minayo, M. C. S. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (14a ed.). São Paulo, SP: Hucitec.
- Mosmann, C., Zordan, E., & Wagner, A. (2011). A qualidade conjugal como fator de proteção do ambiente familiar. In A. Wagner (Org.), *Desafios psicossociais da família contemporânea* (p. 58-71). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Oliveira, G. A. B. L. (2018). *O envolvimento paterno no contexto da paralisia cerebral: o que os pai tem a dizer?* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Recuperado de: http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/1027/5/glaudya_ariclenia_lindolfo_oliveira.pdf
- Oliveira, M. A. C., & Marques, S. S. (2018). Paternidade e a identidade do sujeito constitucional no Brasil: um estudo a partir do direito fundamental à licença paternidade. *Revista da Faculdade de Direito*, 63(2), 9-38. Recuperado de: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/52320>
- Pereira, M. L., Bordini, D., & Zappitelli, M. C. (2017). Relatos de mães de crianças com transtorno do espectro autista, em uma abordagem grupal. *Cadernos de Pós Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento*, 17(2), 54-64. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpdd/v17n2/v17n2a06.pdf>
- Pinto, R. N. M., Torquato, I. M. B., Coleet, N., Reichert, A. P. D. S., Neto, V. L. D. S., Piccinini, C. A., [...] Tudge, J. (2012). Envolvimento paterno aos três meses de vida do bebê. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* 28(3), 303-314. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722012000300006>
- Pleck, J. H. (2007). Why could father involvement benefit children? Theoretical perspectives. *Applied Development Science*, 11(4), 196-202. Recuperado de: https://www.researchgate.net/publication/248940326_Why_Could_Father_Involvement_Benefit_Children_Theoretical_Perspectives
- Pleck, J. H. (2010). Paternal involvement: Revised conceptualization and theoretical linkages with child outcomes. In M. E. Lamb. *The role of the father in child development* (2nd. ed., p. 28-58). Hoboken, NJ: John Wiley & Sons.
- Portes, J. R. M., & Vieira, M., L. (2020). Coparentalidade no contexto familiar de crianças com transtorno do espectro autista. *Psicologia em Estudo*, 25, e44897, 1-17. Recuperado de: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.44897>
- Serra, D. (2010). Autismo, família, inclusão. *Polêm!ca* 9(1), 40-56. Recuperado de: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/2693>
- Seymour, M., Giallo, R., & Wood, C. E. (2019). Perceptions of social support: Comparasons betwen fathers of children with autismo spectrum disorder and father of children without development disabilities. *Journal of Intellectual Disability Research*, 64(6), 415-425. Recuperado de: <https://doi.org/10.1111/jir.12704>

Silva, M. L. L. D., Vieira, M. L., & Schneider, D. R. (2016). Envolvimento paterno em famílias de criança com transtorno do espectro autista: contribuições da teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. *Boletim da Academia Paulista de Psicologia*, 36(90), 66-85. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bapp/v36n90/v36n90a06.pdf>

Smeha, L. N. (2010). *Vivências da paternidade em homens que são pais de um filho com diagnóstico de autismo* (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Recuperado de: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/717>

Souza, A. C. (2015). *Famílias de crianças autistas: compreendendo a participação e os desafios por meio do olhar paterno* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Recuperado de: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7551>

Recebido em 03/09/2020

Aceito em 08/02/2022